

Recebido em 15/07/2019. Aceito em 02/08/2019.

REFLEXÕES HISTÓRICO-DISCURSIVAS SOBRE O MIGRANTE NUM JORNAL DE 1954

HISTORICAL-DISCURSIVE REFLECTIONS ON THE MIGRANT IN A 1954 NEWSPAPER

Yasmin Carolyne Soares Barreto¹Marcos L.S. Góis²

RESUMO: Este texto apresenta resultados de uma pesquisa que mapeou e analisou um periódico jornalístico brasileiro, da região sul de Mato Grosso do Sul. Para isso, elegeu-se como suporte o jornal *O Progresso*, digitalizado pelo Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados, limitando-se à década de 1950. Para a composição deste texto, selecionou-se um acontecimento histórico: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, por sua importância no que diz respeito às políticas de colonização de Getúlio Vargas. Pela reportagem, buscou-se compreender como o jornal constrói discursivamente o “migrante” que, na época, se deslocava de outras partes do Brasil e do mundo para fixar-se nessa região. Para dar conta da materialidade discursiva, este artigo mobilizou fundamentos teóricos e metodológicos dos Estudos do Discurso, principalmente aqueles centrados no construto teórico de Michel Foucault, concluindo que a matéria analisada apresenta traços linguístico-discursivos e histórico-sociais que, ainda hoje, ecoam quando se fala do sujeito “migrante”.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos do Discurso. Mídia. Migração.

ABSTRACT: This text presents results of an investigation that mapped and analyzed a Brazilian newspaper from the southern region of the state of Mato Grosso do Sul. For this purpose, the newspaper *O Progresso* was chosen and was scanned by the Regional Documentation Center of the Federal University of Grande Dourados, during the 1950s. For the composition of this text, a historical event was selected: the National Agricultural Colony of Dourados because of its importance with regard to president Getúlio Vargas' colonization policies. Through the report, we tried to understand how the newspaper discursively constructs the “migrant” who, at the time, moved from other parts of Brazil and from the world to settle down in that region. In order to account for discourse materiality, this article counts on theoretical and methodological foundations of Discourse Studies, especially those centered on Michel Foucault's theoretical construct, concluding that the analyzed subject has linguistic-discursive and historical-social traits that still echo when we talk about the “migrant” person.

KEYWORDS: Discourse Studies. Media. Migration.

1 Graduada em Letras. 2017. Faculdade de Comunicação, Artes e Letras. Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista CNPq.de Iniciação Científica. E-mail: ycarollyne79@gmail.com

2 Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp de Araraquara. Professor Associado da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras. Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: marcosgois@ufgd.edu.br

NOTAS DE INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um ano de trabalho. Nele, expomos parte do resultado de pesquisa da autora principal, que buscou compreender como o jornal *O progresso* ajudou a construir certa perspectiva de identidade sul-mato-grossense ou, precisamente, douradense. Na investigação, foi fundamental, por sua relevância sócio-histórica, tratar do sujeito “migrante”, figura de relevo que, se deslocando de outras regiões do Brasil e do mundo, chegou ao sul do então Mato Grosso para construir aí o seu lugar. A importância desse jornal na formação de certa identidade douradense e sul-mato-grossense é significativa a ponto de “O slogan do jornal “*pensamento e ação por uma vida melhor*” reafirma[r] a autoridade da imprensa no que se refere ao pensar (pensamento) em uma vida melhor. Além de refletir e formar uma opinião pública, o jornal de Weimar Torres se propunha a *agir*” (ERNANDES, 2009, p. 61-62, grifos do autor).

A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, mobilizando-se aportes teóricos e metodológicos dos Estudos do Discurso e da Historiografia para tratamento de um acontecimento histórico-discursivo específico – Colônia Agrícola Nacional de Dourados –, o corpus foi construído pela leitura e análise de matérias publicadas entre os anos 1951 e 1960 pelo *O progresso*, disponibilizadas no banco de dados do Centro de Divulgação Regional (CDR), ligado à Universidade Federal da Grande Dourados, responsável pela digitalização desse periódico douradense. Especificamente para este trabalho, destacamos e analisamos uma matéria publicada no ano de 1954 que trata do acontecimento “Colônia Agrícola Nacional de Dourados” (CAND), por seu valor social e histórico no que diz respeito às políticas de interiorização de Getúlio Vargas.

O trabalho está dividido em duas partes gerais: na primeira, fazemos uma breve contextualização teórica, situando o leitor em relação aos fundamentos com os quais investigamos o texto. Na segunda, destacamos, dentre o que se tornou notícia na década de 1950 e foi publicado por *O Progresso*, um enunciado que aborda o assunto “migração”. Nele, encontramos posicionamentos acerca da situação político-administrativa da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e de seus atores sociais. As reflexões discursivas aqui realizadas são importantes à compreensão do papel do “migrante” nas políticas expansionistas de colonização da época de 1950.

No próximo tópico, apresentamos alguns conceitos destacados de obras de Michel Foucault que mobilizamos para analisar uma matéria jornalística. Assumimos deliberadamente que o discurso jornalístico não é, historicamente falando, o *principal produto* e o *resultado terminal* do funcionamento da instituição mídia (RODRIGUES, 2002). Para este autor, “A mídia produz discursos como os pintores pintam telas, os músicos compõem músicas, os arquitetos projetam edifícios. É claro que a mídia desempenha também outras funções, mas todas elas têm no discurso o seu objetivo e a sua expressão final”. (RODRIGUES, 2002, p. 217).

DISCURSO JORNALÍSTICO: DIZERES SOBRE O MIGRANTE

Falar de “migração” é, em tempos contemporâneos, tratar de assunto proeminente em diversas esferas das sociedades capitalistas. Entender, portanto, como os sujeitos dizem o que dizem sobre o “migrante” (doravante, sem aspas) implica também lançar entendimentos de como os poderes, ao longo da história, engendram permanências e rupturas no modo de significar o outro. Acreditamos, por esses motivos, que Foucault tem muito a contribuir para reflexões neste realizadas.

Michel Foucault defende não ser fácil dizer uma novidade. Isso porque as relações de poder que percorrem todas as esferas das sociedades fixam, também, as fronteiras do dizer. Para o filósofo, os discursos são produtivos, obedientes a certas condições de sua possibilidade, de seu aparecimento histórico. Em síntese: “Não se pode falar em qualquer época de qualquer coisa; não é fácil dizer qualquer coisa que seja nova”. (FOUCAULT, 2000a, p. 61); eis aí uma espécie de enunciado-mor de analistas de discurso, especialmente os da corrente foucaultiana. Ao mesmo tempo em que os indivíduos sofrem coerções *para* e *ao* dizer, a enunciação que levou à emergência de um enunciado, por não ser da ordem do repetível, torna o enunciado um acontecimento raro. E esse efeito de raridade faz com que o enunciado, embora possa ser repetido, não permita os mesmos sentidos ao mudarem suas condições de produção. Ao dizer, o que foi dito, foi dito por um sujeito livre, capaz de fazer escolhas diante de possibilidades linguístico-discursivas de seu tempo; a liberdade é, logo, uma forma de resistência ao poder (FOUCAULT, 1996). Para esse pensador francês, o sujeito é livre justamente porque ele pode “escapar”, “deslocar-se”; sendo a resistência possível, portanto, quando há exercício de poder entre sujeitos livres (FOUCAULT, 1995).

Como campo de produção, reprodução e circulação de discursos, o jornalismo opera com o objetivo de, ao mesmo tempo, apropriar-se de certas ideias e, ao difundi-las, construir “verdades” a respeito de certas “coisas”. Assim, o jornal é aqui encarado como esfera privilegiada para se problematizarem as formas como, num determinado contexto sócio-histórico, sujeitos falam e constroem imagens mútuas (eu-do-outro; outro-do-eu). Pela observação de um texto jornalístico, perguntamo-nos sobre o que dizem seus sujeitos, mas também a partir de qual realidade espaço-temporal estão ditos de uma forma e não de outra. De modo específico, quando se *diz* sobre X (migrante, no caso deste artigo), quais as condições de emergência do enunciado concreto?

O discurso não é, embora assumamos o sujeito como livre, a manifestação plenamente consciente de “um sujeito que pensa, que conhece, e que diz” (FOUCAULT, 2000a, p. 61). Para se analisarem discursos, assim, precisamos destacar as regras ou, melhor, as práticas que fazem ganhar forma determinado objeto e não outro:

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa “dizer alguma coisa” [...] essas condições [...] são numerosas e importantes. [...]. O objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade. [...]. [o objeto] existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. (FOUCAULT, 2000a, p. 51).

Quando nos propomos, portanto, realizar a análise de um periódico impresso-digitalizado, esperamos observar como ele difunde determinado acontecimento, como produz narrativas a respeito de *algo* que acabam por construí-lo aos olhos do leitor. Lembra Foucault que o objeto “não preexiste a si mesmo” (2000a, p. 51). O *que é dito* e, por conseguinte, o *que não é* obedecem a um conjunto de relações “estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização” (p. 51), etc., e é sobre essas “relações” que tratamos a seguir.

MIGRAÇÃO EM DOURADOS PELO MIRANTE DE O PROGRESSO

Em 25 de julho de 1954, ano IV, n. 169, o jornal *O Progresso* publica a matéria “A Colonia Agricola Nacional de Dourados através de um valioso relatório”, reproduzindo informações de um texto técnico assinado por Pedro Paulo de Medeiros e dirigido a Getúlio Vargas, à época Presidente da República brasileira. Esta matéria aparece na primeira capa dessa edição do jornal (Figura 1), continua na página quatro, passa para a página 2 da edição de número 170, publicada em primeiro de agosto daquele ano, e termina na edição de número 171, uma semana depois. Ou seja, o jornal levou três edições para começar e terminar de publicar o relatório.

Figura 1 – Página do Jornal O Progresso, 25.07.1954

No «Dia do Colono» que hoje transcorre, Ruy Gomes dirige-se a esses bravos obreiros do progresso, rendendo-lhes merecida e sincera homenagem

LAZARO ALVES FERREIRA

Disputará a vice-prefeitura na chapa da Aliança Democrática

Ano IV | Dourados, 25 de Julho de 1954 | Nº. 169

O PROGRESSO

PENSAMENTO E AÇÃO POR UMA VIDA MELHOR

DIRETOR: WERNER BIRBA | REDATOR CHEFE: EDUARDO DE MOURA | GERENTE: WERNER BIRBA

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados através de um valioso relatório

O Sr. Pedro Paulo de Medeiros, engenheiro agrônomo e professor assistente de ensino na Universidade do Rio Grande do Sul, recém-chegado ao Senhor Presidente da República seguinte trabalho sobre a CAN:

1 — Divisão Atual da Colônia

Para melhor orientar o estudo, daremos a seguir, a divisão atual da Colônia. A Cand, segundo as informações dos técnicos, acha-se dividida em três grandes zonas: A primeira zona já está loteada e ocupada por colonos, estendendo-se até as margens do Rio Dourados. A segunda zona, situada à margem esquerda da primeira, do rio do mesmo nome, com a largura de 400 metros em curso de demarcação, com poucos ocupantes. Nesta zona, há 60 lotes ocupados por imigrantes japoneses. Nesta zona, como nos informa...

O Partido Democrático Cristão em face do acordo realizado com o Partido Social Democrático, para a disputa das próximas eleições, vem de escolher e nomear o vice-prefeito, cuja escolha resultou em Presidente do Distrito Municipal, Sr. Lázaro Alves Ferreira, cujo nome mereceu consagração votacional de seu compatriota.

Figura de mais benquistas em nosso meio social, cidadão honrado e trabalhador, chefe de família exemplar, dono de um bom tempo e prestígio, o Sr. Lázaro Alves Ferreira, representa uma legítima candidatura para a aliança democrática formada pelo PSD e PDC.

Também escreveu o PDC seus candidatos a vereadores em número de quatro que são os senhores Amândio Figueira Machado, Aguiar Ferreira de Sousa, José Augusto de Oliveira.

Uma iniciativa exemplar

Tivemos o prazer de receber a visita do Sr. Pedro Dossa, residente no Distrito de Juty que nos deu uma grata notícia qual seja a construção de três pontes, respectivamente nos estrados Luro e Iputos sendo uma delas em construção.

Segundo nos declarou o nosso visitante, esse valioso serviço foi realizado pela iniciativa...

titular do senhor Pedro Dossa, Brasileiro Cavalheiro e Romarito Godre, tendo essas pontes o objetivo de permitir o escoamento dos produtos da região.

O Sr. Pedro, contou aos interessados para que passem pela estrada em que foram construídas essas pontes, além de verificar aquelas melhoranções que realmente se interessam pelo progresso de nosso município, sabido que é digno de ser iniciado e apoiado pela eleição e patrocínio de seus proprietários.

Saudação aos Colonos

Colonal

Na passagem do dia, merecidamente conagrado à vossa valiosa contribuição ao progresso da nossa Pátria, quero expressar vos, com melhor afeto e a mais profunda sinceridade, a minha homenagem mais pura e fervorosa, com votos pela felicidade de cada um de vós que sois os construtores do progresso e da riqueza do Brasil.

Assim sendo, como aquela sua atitude foi manifestada em caráter irrevogável, manifestei agora publicamente a minha decisão para que o público dela tenha conhecimento.

Desligamento do P.S.P.

Estive nesta redação o Dr. Jayro Borges do Val, que nos comunicou haver se desligado do Partido Social Progressista, tendo, nesse sentido, dirigido ofício ao Presidente dessa agremiação, há mais de um mês, de cujo ofício não obtive resposta até o presente data.

Assim sendo, como aquela sua atitude foi manifestada em caráter irrevogável, manifestei agora publicamente a minha decisão para que o público dela tenha conhecimento.

Prazo para inscrição e transferências eleitorais

Encerra-se no dia 4 de agosto próximo o prazo para apresentação de requerimentos de inscrição e transferência eleitorais.

Até esse dia, portanto, deverão ser apresentados ao Juiz eleitoral aqueles requerimentos que não poderão ser dosados após aquela data.

Para os requerimentos de segunda via o prazo termina a 23 de Setembro, dez dias, portanto, antes do pleito.

Adiamento das eleições

Rio, 15 (Avapress) — Falando à reportagem sobre as recentes acusações do coronel Andrébal Geyer de Azevedo de que existe, no país, um "víterado fantasma" declarou o ministro Edgard Costa, presidente do Tribunal Superior Eleitoral: "Tivo conhecimento da ação proposta pelo coronel, mas o número de eleitores fantasmas, que ele acusa, é muito em mais de dois milhões, não pode ser periculado. Quanto ao adiamento das eleições, o ministro e Supremo poderá restituir".

Declarou, ainda, que em São Paulo o desembargador Carneiro Lacerda disse que a ação instaurada pelo coronel tem por objetivo impressionar a opinião pública e que, a rigor, não pode pedir a suspensão do pleito que se vai realizar em função de uma lei.

Presumimos ouvir também o Sr. Plínio Travençolo, procurador geral da República, que declarou não ver possibilidade de adiamento das eleições, pois considera a mesma inabrevável.

Visitantes Ilustres

Dourados hospedou na semana findante o Dr. Dólar de Andrade e o deputado Adyrina Zaidin, figuras de relevo na política estadual.

ATITUDE LOUVAVEL

Gloria Ferreira

Sabendo por intermédio desta Pátria que o Sr. Ayrtos Barbosa, presidente do Clube Social Dourados, ora em exercício, resolveu acabar com os jogos de azar que viciam a sociedade ao redor do Clube desde a fundação, não possuía de deixar de expressar o meu contentamento por quanto o Clube deve exemplar sem fugir a suas finalidades.

Não quero em absoluto que possam que jogam contra o jogo, vivemos numa terra livre e livre devem ser o nosso coraço.

Pelo aumento do numero de vereadores

A Câmara municipal aprovou em sua última reunião, requerimento do vereador Weimar Torres para que seja proposta à Assembleia Legislativa o aumento do número de vereadores de nossa Câmara Municipal, atendendo ao considerável aumento da população do município e à necessidade de que sejam representados os legítimos interesses da população municipal, os distritos e os setores da população.

Segundo a opinião do vereador Weimar Torres o número de nossos vereadores pode ser elevado até onze.

AGRADECIMENTO

Venho publicamente agradecer meus agradecimentos mais profundos aos dirigentes do Partido Social Democrático e especialmente ao Dr. Heráclio de Almeida pela assistência que me dispensaram por ocasião da candidatura que obtive recentemente, pedindo a Deus que se recompense pela generosidade de seus corações.

Dr. Pedro Lopez da Silva

PARA PREFEITO



Ruy Gomes

Para uma administração honesta e produtiva

Candidato da coligação PSD - PDC

Fonte: Arquivo CDR-UFGRD. Fac-símile.

O texto assevera que reproduz integralmente um relatório de Pedro Paulo de Medeiros dirigido ao presidente Getúlio Vargas, exceto pelo *lead*, e faz parte de uma série de reportagens sobre o “Dia do Colono” reproduzidas pelo jornal, conforme ilustrado numa pequena nota, no meio da página, intitulada “Saudações aos colonos”, na qual se louva a importância desses sujeitos para o “progresso” do Brasil.

No primeiro parágrafo do texto-relatório, há a seguinte informação:

[E1] O Sr. Pedro Paulo de Medeiros, engenheiro agrônomo e professor assistente de ensino da Universidade do Rio Grande do Sul, encaminhou ao Senhor Presidente da República, seguinte trabalho sobre a CAND.

E, logo em seguida, inicia com um endereçamento:

[E2] Exmo. Sr.

Dr. Getúlio Vargas

Presidente da República

Palácio do Catete

Rio de Janeiro – DF

Essas palavras iniciais nos permitem inferir que, após os dois pontos ([E1]: Enunciado 1), tudo o que se sucede é, *ipsis litteris*, fala de Medeiros. Ao trazer o nome completo do autor ao final da matéria, reforça-se ser este o autor do texto, logo, é imputada a ele, Medeiros, a responsabilidade pelo enunciado.

Ao buscar compreender como, a partir da materialidade efetiva dessa análise, sentidos são possíveis por este texto publicado pelo *O Progresso* e ao analisar a matéria jornalística como enunciado, estamos nos amparando em Foucault, para quem:

A análise dos enunciados se efetua, pois, sem referência a um *cogito*. Não coloca a questão de quem fala, se manifesta ou se oculta no que diz, quem exerce tomando a palavra sua liberdade soberana, ou se submete sem sabê-lo a coações que percebe mal. Ela situa-se de fato, no nível de um “diz-se” – e isso não deve ser entendido como uma espécie de opinião comum, de representação coletiva que se imporia a todo indivíduo, nem como uma grande voz anônima que falaria necessariamente através dos discursos de cada um. (FOUCAULT, 2000a, p. 141, grifos do autor).

No trecho em questão **[E1]**, o enunciador atribui a responsabilidade pelo enunciado a um “engenheiro agrônomo”, portanto, com conhecimento específico para tratar do assunto “colônia agrícola”, e, ao mesmo tempo, “professor associado” de uma instituição de ensino superior, no caso, a Universidade do Rio Grande do Sul, o que reforça ser este quem *diz* detentor de certo saber que o habilita a *dizer*. Aqui, logo, não importa o indivíduo que disse, mas como a instituição jornal constrói-lhe uma posição viável, legítima para que possa dizer. No contexto, essa posição discursiva é ocupada por um sujeito

portador de condições necessárias para poder produzir o enunciado, ainda mais, falar elegendo um interlocutor específico, conforme lemos no enunciado **[E2]**. Medeiros, neste tipo de enunciado, é o homem que tem as condições de falar ao presidente.

Essa questão elucida um posicionamento de Foucault, embora não pensado por este autor para dar conta dos discursos da imprensa, para quem discursivamente não importaria o indivíduo a partir do qual emanariam as frases, proposições, atos de fala, e, sim, o sujeito que, em sua época, no seu espaço, é autorizado a dizer, a produzir enunciados. Para esse pensador francês, o discurso, em sua positividade, “não é uma consciência que vem alojar seu projeto na forma externa da linguagem; não é uma língua, com um sujeito para falá-la. É uma prática que tem suas formas próprias de encadeamento e de sucessão”. (FOUCAULT, 2000a, p. 193). Em outro momento, esse filósofo reforça que há procedimentos de controle e de delimitação do discurso: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Em E1, o sujeito-enunciador não só é autorizado a falar, a falar de novo, pela instituição jornal, como lhe são reconhecidos, pelo próprio periódico, seus méritos para isso. Ao usar o adjetivo “valioso” no título, o jornal atribui destaque ao trabalho de Medeiros, posto que algo “valioso” é portador de valores eufóricos, portanto, não pode ser desprezado. O emprego, portanto, desse recurso linguístico contribui para, de início, criar uma espécie de empatia discursiva entre o texto (relatório) e o leitor (do jornal), reforçando o posicionamento assumido pelo enunciador conforme analisamos a seguir. A adjetivação no título e as qualificações profissionais atribuídas pelo jornal a Medeiros contribuem para criar um efeito de credibilidade ao texto e reforçam um efeito de realidade.

Em seguida ao endereçamento **[E2]**, o texto traz uma afirmação que reforça nossa leitura, quando o sujeito-enunciador assim se expressa:

[E3]: Permita nos V.Ex. sugerirmos, na qualidade do matogrossense e como técnico (engenheiro agrônomo) os benefícios que julgamos devam ser prestados á Colonia Agricola Nacional Dourados.

Manifesta não só sua condição de detentor de um saber e de uma profissão, que lhe ratifica o *ethos* de autoridade, ou seja, ser engenheiro agrônomo, como também apresenta um elemento novo: ser um patricio, tal qual os leitores do jornal. Amossy, mobilizando uma fala de Bourdieu, destaca que “[...] o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciar-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos” (BOURDIEU apud AMOSSY, 2008, p. 120). Dizer tratar-se de um “matogrossense” impacta diferentemente quando se trata do leitor do jornal ou, considerando a finalidade primeira do texto, do Presidente da República. No primeiro caso, pode ocorrer um efeito de identificação solidária para com o sujeito-enunciador; no segundo, de reconhecimento de certa causa. Essas duas informações colocadas em conjunto criam, por um lado, um poderoso efeito de adesão discursiva e, por outro, confere autoridade ao que está sendo dito, pois quem fala é alguém que tem profundo conhecimento da situação da Colônia.

Na sequência, após citar a lei n. 5941/1943, que institui juridicamente a CAND, menciona literalmente o artigo primeiro do decreto-lei n. 3050/1941, por estabelecer as normas de criação das colônias agrícolas nacionais, cujo objetivo era “receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros” (MEDEIROS, 1954a, p. 1). Feita essa citação, marcando a diferença entre “trabalhadores brasileiros” e “estrangeiros qualificados” (agricultores), observa o autor que, decorridos dois anos da publicação do decreto referido, a colônia de Dourados ainda não se efetivou por uma série de “deficiências”, apresentadas e comentadas ao longo de seu texto.

Antes de discorrer a respeito dos problemas que impediram a realização plena da CAND, Medeiros reafirma ser conhecedor dessa realidade: “Como um dos conhecedores das necessidades atuais da Colonia Agrícola Nacional de Dourados [...]” (1954a, p. 1), e que, juntamente com técnicos, funcionários da CAND e representantes municipais, chegaram a dez constatações, que passamos a expor e analisar.

No primeiro item (“Divisão atual da colônia”), após dizer como está dividida a colônia, afirma que, na “segunda zona”, num total de 400 lotes, encontram-se “imigrantes japoneses”, ocupantes de 62 lotes demarcados. Segundo foi-lhe informado, atribuindo autoria pela informação ao genérico “técnicos”, nessa última zona:

[E4]: [...] estão surgindo irregula[d]dades, que poderão ocasionar serias preocupações à administração da Cand: Os emigrantes chegam sem ordem e sem nenhuma observância das leis que regem os serviços das Colônias Agrícolas Nacionais, em turmas constituídas e se “instalam” no primeiro reduto que lhes pareça razoável, invadindo até mesmo propriedades particulares, superlotando pequenas áreas, disseminando se não só em lotes demarcados como em extensões ainda não determinadas e lotadas pela Colonia. (MEDEIROS, 1954a, p. 1)

Logo no primeiro item, Medeiros faz referência ao migrante, nomeadamente, ao “japonês”³, significativamente o único que, ao longo do relatório em análise, recebe uma denominação de origem. Para Medeiros, que atribui a responsabilidade pelas informações a “técnicos”, os emigrantes são classificados como desordenados (“chegam sem ordem”) e desobedientes (“sem nenhuma observância das leis”). Para o sujeito-enunciador, esses migrantes são “foras da lei” e, logo, precisavam ser enquadrados para que houvesse ordem na Colônia Agrícola. Há aí, portanto, os contornos de um discurso que, primeiro deslegitima o *outro distante do eu* (resistente, portanto), para depois, ao transformá-lo em um *outro mais próximo do eu* (obediente), louvá-lo.

Ainda hoje ecoa essa condição de transgressor, desobediente, desordenado regularmente atribuída à figura do migrante e/ou do refugiado, como observamos neste enunciado recente:

3 Para uma compreensão histórica da migração japonesa para o sul de Mato Grosso, ver o trabalho de Edna Inagaki (2008). Sugerimos, para uma leitura mais histórica e abrangente, o trabalho de *Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*, publicado pelo IBGE em 2008. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38935.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

Muito do discurso da política migratória é maniqueísta e perverso. Baseia-se em **estereótipos discriminatórios e tendenciosos, nos quais o migrante é visto como um transgressor da lei**, enquanto deliberadamente se omite que ele seja um trabalhador explorado, sem benefícios, segurança social e sem direitos [...]. (RAMÍREZ, 2017, grifos nossos)⁴.

Em síntese, “a presença (física e/ou simbólica) do migrante coloca, por assim dizer, constantemente em xeque certo discurso da pureza, do qual esse “estrangeiro” seria a parte (a ser) aceita ou, conforme o caso, enfrentada, excluída, marginalizada, demonizada” (GOIS, 2016, p. 248). Esse “outro” (migrante, refugiado, portador de visto humanitário) sempre provoca fissuras na “compreensão de unidade identitária nacional, regional ou mesmo local” presente no discurso do “eu”.

No item 2, “Determinação da área da Colonia”, Medeiros traz informações técnicas sobre o trabalho do engenheiro Paulo Thiry, responsável por demarcar as fronteiras dos 300 mil hectares destinados à CAND. Afirma o sujeito-enunciador tratar-se de tarefa difícil pois, além de faltar mão de obra especializada e barata, problemas na mudança de administradores e de natureza (estradas inadequadas para resistir à estação das chuvas; alagamento das regiões a serem demarcadas; etc.) contribuíram para o retardamento do trabalho de estabelecimento dos limites dos lotes. Ao dar relevo à especialização da mão de obra e “barateza”, o sujeito-enunciador reforça um discurso marcante no capitalismo colonial e que se demonstra atual na época do Relatório de Medeiros. Esse discurso, de que certos lugares precisam de mão de obra barata para o trabalho, pode ser assim sintetizado:

O importante não é a existência de duas “sociedades”, ou seja, de dois polos que contrastam entre si em termos de diversos índices socioeconômicos, senão as relações que existem entre esses dois “mundos”. Enquanto o desenvolvimento localizado em algumas zonas da América Latina se baseia na utilização da mão de obra barata (não é principalmente isto que atrai aos nossos países o capital estrangeiro?), as regiões atrasadas – que são provedoras dessa mão de obra barata – desempenham uma função específica na sociedade nacional, e não são meramente áreas nas quais – por uma razão ou outra – não chegou o desenvolvimento. Ademais, essas áreas “arcaicas” são geralmente exportadoras de matérias-primas, também baratas, para os centros urbanos e o exterior do país. (STAVENHAGEN, 2014, p. 161).

Na sequência (“Demarcação de maior numero de lotes por ano”), Medeiros volta a comentar sobre a necessidade de rapidamente se estabelecerem os limites dos sítios destinados à Colônia. Isso para evitar a ilegalidade de “numerosos emigrantes, que penetram nas matas sem a determinação do lote que deverá [sic] ocupar” (MEDEIROS, 1954b, p. 2.). Aponta o autor que essa “situação” está provocando problemas à administração da CAND, posto que famílias ocupam o mesmo lote, dificultando inclusive atendimento médico familiar. Não menciona, nominalmente, tratar-se do migrante

4 No original: “Mucho del discurso de la política migratoria es maniqueo y perverso. Se basa en estereotipos discriminatorios y tendenciosos, donde el migrante es visto como un transgresor de la ley, mientras deliberadamente se omite que es un trabajador explotado, carente de prestaciones, seguridad social y sin derechos [...]”. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/articulo/184923>. Acesso em: 20 jul. 2017. (tradução e grifos nossos).

japonês, mas inferimos que esses atores estejam (também) imbricados na fala de Medeiros.

Uma das práticas que Medeiros considera um “problema” administrativo é o arrendamento: “os que conseguem lotes regularmente, arrendam nos (sic) aos que chegam em prejuízo, não raro, das atividades normais da Colônia” (1954b, p. 2). Para estabelecer certo ordenamento, o autor sugere ao Presidente da República que “o emigrante só fosse recebido na Colônia com o lote ou lotes determinados”, pois isso facilitaria o trabalho dos administradores. E menciona, como fundamento, os artigos de 10 a 13 do Decreto-Lei n. 3059/1941⁵.

A ideia de “ordem” (*a necessidade de*) é evocada por Medeiros para reforçar sua relação com o “progresso” (*desenvolvimento*) da CAND e, conseqüentemente, da região por uma perspectiva particular que é a do discurso capitalista colonial. A expressão “ordem e progresso” está manifesta na bandeira brasileira e tem sido utilizada em vários enunciados de cunho (extremo)nacionalista. Destacada de outro conhecido enunciado de Augusto Comte, recebe de Ribeiro Junior a seguinte explicação:

A fim de melhor guiar a vida real, esta fórmula universal [“O Amor por princípio, e a Ordem por base; o Progresso por fim”] do positivismo se decompõe em duas divisas usuais – uma moral e estética: “Viver para outrem”, ou seja, subordinar o indivíduo à família, esta à pátria e a pátria à humanidade; e outra política e científica: “Ordem e Progresso”, isto é, organização, cada coisa em seu devido lugar para perfeita orientação ética da vida social. Na dialética positivista, o amor procura a ordem e a impele para o progresso; a ordem consolida o amor e dirige o progresso; o progresso desenvolve a ordem e reconduz o amor. (RIBEIRO JR, 2001, p. 29)

No texto de Medeiros, quando trata da administração da CAND, a “divisa moral e estética” é apagada. Fazendo ecoar apenas sua dimensão político-científica. Isso é compreensível se aceitarmos que, na lógica capitalista de desenvolvimento, o valor do ter se sobrepõe ao valor do ser. Retomamos essa questão mais adiante.

5 São eles, na ortografia da época:

“Art. 10. Em cada lote será construída pequena casa para residência do colono e sua família, do tipo mais conveniente à região.

Art. 11. Aprovado o plano geral de colonização e executados os respectivos trabalhos, será organizada a relação dos candidatos aos lotes, dando-se preferência, na distribuição, aos elementos locais e dentre estes os de prole numerosa assim considerados os chefes de família que tenham, no mínimo, cinco filhos menores que vivam sob a sua dependência.

Art. 12. Os lotes casas e quaisquer bemfeitorias nele existentes, serão concedidos gratuitamente, observadas as seguintes condições: a) o colono terá, o domínio útil do lote, nele residindo e recebendo, para a sua exploração agrícola, sementes e material agrário mais urgente; b) de acordo com a região e possibilidade de escoamento da produção agrícola para os centros de consumo, será marcado o prazo em que o lote deverá ser utilizado agricolamente em condições satisfatórias de técnica e extensão; c) findo o prazo a que, se refere o item anterior e preenchidas as demais condições constantes deste decreto-lei, o colono receberá em plena propriedade o lote a casa e o material agrícola em seu poder, independentemente de qualquer pagamento.

Art. 13. Aos colonos serão facultados os seguintes auxílios, a partir da data de sua localização no núcleo: 1) trabalho a salário ou empreitada em obras ou serviços da colônia, pelo menos durante o primeiro ano; 2) assistência médica e farmacêutica e serviços de enfermagem até a emancipação de colônia; 3) empréstimo, durante o primeiro ano de localização na colônia de máquinas e instrumentos agrícolas e de animais de trabalho; 4) transporte da estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial até a sede da colônia”. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941-02-14:3059>. Acesso em: 24 jul. 2017.

Em quatro (“Instalação de maior número de escolas, Convenientemente aparelhadas, Para uma população estimada em 25 mil pessoas”), o autor discorre a respeito da necessidade de se construírem mais prédios para atender à demanda crescente (da população total, 1400 eram crianças em fase escolar). Não há menção ao migrante.

No próximo tópico (“Melhor Orientação Agrícola”), Medeiros, sem citar o migrante, trata da necessidade de construção da “Estação Experimental ou campo de experimentação e de Multiplicação de Sementes e Mudas”, cujo objetivo é, além de desenvolver o lado da agricultura, subsidiar os colonos com informações para que sejam capazes de produzir “mais com menos gastos” (MEDEIROS, 1954b, p. 2). Nesse sentido, também seria papel dessa Estação “desenvolver e incrementar a criação de gado leiteiro, de suínos, de aves, de abelhas melíferas [...]” (p. 2).

O sétimo item (“Melhor aparelhamento da CAND”) aborda a importância de se investir em maquinários e instalações, acrescentando uma série de itens importantes, destinados a fazer estradas, processar madeira, perfurar poços, transportar pessoas pelo longo território, etc..

Na edição de número 171, de 8 de agosto de 1954, o jornal *O Progresso* publica o final do relatório de Pedro Paulo de Medeiros. Nesse último trecho, o autor defende que o governo federal precisa dar “Amparo à produção (item 8)”, à construção da “Sede da colônia Federal de Dourados” (item 9) e, por fim, à criação de “Centro Recreativo” (item 10) destinado ao lazer dos colonos. E fecha seu texto dirigindo-se a Getúlio Vargas:

[E4]: Sr. Presidente Esperamos mereça as atenções de V. Excia a nossa colaboração para o maior engrandecimento da Colonia Agricola Nacional de Dourados, um dos grandes benefícios prestados por seu governo ao meu Estado natal, Mato Grosso.

Servidor e correligionário de V. Excia.

PEDRO PAULO DE MEDEIROS

Da leitura realizada, é possível depreender que o jornal *O Progresso*, ao publicar em suas páginas o relatório de Pedro Paulo de Medeiros dirigido ao então Presidente da República, Getúlio Vargas, objetiva não apenas apresentar informações ao leitor sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados produzidas por um “engenheiro agrônomo” e “professor universitário”; tampouco criar somente um efeito de adesão de seu público à causa levantada por Medeiros, um sujeito que, além de competente tecnicamente, é mato-grossense. O periódico quer reforçar certa perspectiva de sociedade que, para progredir, precisa de ordem. E, no mesmo processo, por se ancorar na fala de outrem (no caso, na do engenheiro Agrônomo Pedro Paulo Medeiros), não ter responsabilidade total por aquilo que está sendo dito.

Para que a CAND seja economicamente viável, podemos, dos dez problemas identificados e suas soluções apontadas por Medeiros, reduzi-los a dois: a) diante das deficiências materiais da Colônia, o autor solicita ao governo federal que libere recursos para equipamentos, prédios, contratação de mão de obra, etc.; b) diante dos problemas com migrantes, pede a delimitação rápida das áreas para distribuí-las conforme determina a Lei. Esta serve, portanto, para impedir que esses sujeitos se

instalem desordenadamente, conforme seus desejos e em qualquer área que lhes seja mais aprazível.

Esta última observação carece de um refinamento. Numa primeira leitura, a questão das “invasões” por parte dos migrantes em espaços que não lhes são próprios, destinados pelo sujeito estatal, parece ser uma questão de legalidade, de afronta às leis, o que obrigaria os órgãos públicos competentes a cumprir a Lei e punir os infratores. Numa aproximação mais cuidadosa, porém, vemos como Medeiros frequentemente chama a atenção para a questão da “administração pública”, e o enunciado **[E3]**, dentre outros, reforça essa leitura. Para o autor, os problemas apontados por ele são questões administrativas, das deficiências estruturais e das atividades próprias da Colônia, e não penais.

Alguns fundamentos de Foucault, embora não formulados para pensar o discurso da imprensa, são mobilizados para compreendermos as razões desse posicionamento de Medeiros. Para o filósofo francês, o exercício do poder se realiza, nas sociedades ocidentais modernas, na norma, e não mais na lei. Para ele, “[...] a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar” (FOUCAULT, 2001, p. 62). Em nenhuma parte do texto de Medeiros vemos uma manifesta chamada para o governo federal usar de seu aparelho repressor e punir o suposto “migrante criminoso”. Pelo contrário, dirige-se ao Presidente da República para que este disponibilize os recursos necessários para garantir que o “migrante” se torne “colono” e, desse modo, possa produzir “mais com menos gastos” (mão de obra barata), conforme demonstramos. Quando consideramos a norma como estando “sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo” (FOUCAULT, 2001, p.62), percebemos no discurso de Medeiros esse poder normalizador em (dis)curso.

A Colônia é construída, assim, como um espaço onde se busca regular a vida dos indivíduos e das populações (FOUCAULT, 2000b, 2001, 2008); um lugar para controlar o corpo dócil; um lugar para a objetificação do outro. Obedecer às leis, por fim, assim como manter-se disciplinado, são duas formas do processo que Foucault chama “disciplina-normalização”: “um poder que, na verdade, não é repressivo, mas produtivo” (FOUCAULT, 2001, p. 64). Busca, esse poder, uniformizar os sujeitos e seus comportamentos para serem ordenados para uma certa lógica de progresso.

A ideia de “colônia agrícola” de Medeiros reforça, portanto, a dimensão estrutural-predial (*ter*), e pouco dedica-se às pessoas (migrantes ou não), ao *ser*, portanto, que estão envolvidas com a CAND. Há, desse modo, um reforço/apelo por parte do sujeito-enunciador pela *objetificação* do processo, e não por sua *subjetificação*, mesmo quando fala em construir escolas para as crianças; prédios para a população; área de lazer para os colonos. E há uma explicação razoável para esse tipo lógica que funda essa prática discursiva, e ela remonta ao século 18 e continua produtiva na época de Medeiros e, ao que tudo indica, ainda hoje. Essa lógica pode ser assim resumida: “O desenvolvimento deste sistema econômico [o capitalismo do século XVIII] não era já determinado pela pergunta: *O que é bom para o Homem?* Mas por uma outra: *O que é bom para o crescimento do sistema?*” (FROMM, 1987, p. 78). Em outros termos, no relatório em análise, o *bom* para a CAND está centrado no *ter* (normas, prédios, escolas, estradas, etc.), e não no *ser*. O *ser* ocupa, no relatório, uma posição secundária, completamente subalterna ao *ter*.

Por fim, Medeiros insiste, ao longo de seu relato dirigido a Getúlio Vargas, na busca por meios para, em última instância, estabelecer normas basilares para o funcionamento “normal” dos indivíduos e das populações, aos quais se tenta administrar. Como acentua Portocarrero: “A normalização [...] constrange para homogeneizar as multiplicidades, ao mesmo tempo que individualiza, porque permite a distância entre os indivíduos” (2009, p. 241). E o jornal *O Progresso*, ao reproduzir a carta de Medeiros, acaba por contribuir, em outra esfera, para que esse discurso da normalização se efetive. Essa observação de Portocarreto permite-nos inferir que o texto de Medeiros é uma das práticas que buscam transformar o “migrante” (japoneses, nordestinos, paulistas, etc.) em “colono” (colono mato-grossense), conforme já mencionamos. Ademais, no caso dos primeiros, havia, por parte do governo brasileiro, toda uma política de imigração contrária a vinda de japoneses e, outros orientais de maneira em geral, ao Brasil. Essa política partia da infeliz ideia de que o povo brasileiro precisava ser embranquecido. Desse modo, legitimar-se-ia não apenas o poder estatal sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, mas, fundamentalmente, se exerceria mais facilmente o controle da população.

NOTAS DE CONCLUSÃO

O objetivo central deste artigo foi mostrar como, por meio da leitura de um jornal regional da década de 1950, é possível identificar traços linguístico-discursivos e histórico-sociais que, ainda hoje, permitem-nos compreender nossas sociedades contemporâneas capitalista. Para tanto, procedemos à análise de um texto publicado em 1954 no jornal *O Progresso*, intitulado “A colônia agrícola nacional de Dourados através de valioso relatório”, assinado por Pedro Paulo de Medeiros.

O jornal *O Progresso* encarrega-se de mostrar como, no ano de 1954, numa cidade emergente do sul do então Mato Grosso, via-se e compreendia-se a relação entre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e seus atores sociais: colonos e migrantes. Neste último caso, importa destacar certo papel que o sujeito-enunciador dá para o migrante, apresentando um conjunto de normas e procedimentos a que este sujeito deve se submeter para se tornar um colono.

Buscamos compreender, por fim, como o “migrante” é construído, objetificado neste relatório quando da solidificação da CAND. Essa objetificação do migrante produz eco ainda hoje tanto de cá quanto de lá do Atlântico. E tal posição nos faz lembrar Paul Veyne (1998), para quem as sociedades são o que são por causa de sujeitos que, numa relação sempre (in)tensa entre poder e resistência, vão edificando os muros de nossa existência ao longo da história.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- CARLI, Maria A.F. *Dourados e a democratização da terra: Povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)*. Dourados: UFGD, 2008. IBGE. *Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Centro de Documentação e Disseminação de Informações.)
- ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense: 1920 a 1990*. Dourados: UFGD, 2009.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000b.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais: Curso no Collège de France (1974 – 1975)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FROMM, Erich. *Ter ou Ser?*. Tradução Nathanael C. Caixeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- GÓIS, Marcos L.S. Discursos contemporâneos: migrantes haitianos no jornal *O Globo*. IN: GUERRA, Vânia M. L.; NASCIMENTO, Celina A. G. S.; SOUZA, Claudete C.. (Org.). *Sociedades contemporâneas: diversidade e transdisciplinaridade*. 1ed. Campinas - SP: Pontes, 2016. p. 241-270.
- INAGAKI, Edna M. *Migração japonesa para o Brasil: os japoneses em Dourados (séculos XIX e XX)*. Dourados, MS: Ed. UEMS, 2008. 97p.

JARDIM, Denise. *Imigrantes ou Refugiados?: tecnologias de controle e as fronteiras*. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

MEDEIROS, Pedro Paulo. A colônia agrícola nacional de Dourados através de valioso relatório. *O Progresso*. Dourados, MS, p. 1 e 4, 25 jul. 1954a.

MEDEIROS, Pedro Paulo. A colônia agrícola nacional de Dourados através de valioso relatório (continuação 2). *O Progresso*. Dourados, MS, p. 2, 1 ago. 1954b.

MEDEIROS, Pedro Paulo. A colônia agrícola nacional de Dourados através de valioso relatório (continuação 3). *O Progresso*. Dourados, MS, p. 2, 8 ago. 1954c.

NAGLIS, Suzana G. B. "*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*": os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943 - 1960). Dourados-MS: UFGD, 2014.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, p. 128.
PORTOCARRERO, Vera. *As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

RIBEIRO JR, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção primeiros passos; 72).

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre América Latina. *Sociedade e Cultura*, v. 17, n. 1, enero-junio, 2014, pp. 159-169. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70340850015>. Acesso em: 05 jan. 2018.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: _____. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Tradução Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Revisão técnica Geresa Jenner Rosas. 4. ed. Brasília, DF: Editora da UnB, 1998.